



**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

**O PERFIL DO DOCENTE NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE
MECÂNICA INDUSTRIAL - ANÁPOLIS/GO**

**BRUNO FERREIRA DA SILVA
JEAN PAULO APÓSTOLO MOREIRA
RAFAEL SILVA**

**ANÁPOLIS
2015**

**BRUNO FERREIRA DA SILVA
JEAN PAULO APÓSTOLO MOREIRA
RAFAEL SILVA**

**O PERFIL DO PROFESSOR QUE ATUA NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE
MECÂNICA INDUSTRIAL - ANÁPOLIS/GO**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Pós Graduação em Docência Universitária, como exigência para aprovação na disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, sob orientação da Prof. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel.

ANÁPOLIS- 2015

BANCA EXAMINADORA

APROVADA EM: ____ / ____ / 2015

Presidente da banca: Prof. _____

Primeiro Avaliador Prof. _____

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEFET	Centro Federal de Ensino Técnico
CENAFOR	Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
EPT	Ensino Profissional Técnico
EaD	Educação à Distância
IFG	Instituto Federal Goiano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SETEC	Secretaria de Ensino Técnico
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TWI	Treinamento exclusive para indústrias

LISTA DE QUADROS e TABELA

QUADRO 01	Evolução de número de Instituições de Ensino Superior no Brasil
QUADRO 02	Perfil Profissional do Docente
TABELA 01	Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica no Brasil em 2011

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 Grupo Transferência de Conhecimento

GRÁFICO 02 Grupo Visão de Mercado

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2.MOMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE.....	11
2.1.ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: DO ARTESÃO AOS TEMPOS MODERNOS.....	11
2.2.ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE.....	18
3.LEVANTAMENTO DE DADOS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL.....	20
3.1.DELINEAMENTO DO PERFIL DISCENTE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL.....	20
3.2.DELINEAMENTO DO PERFIL DO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL.....	21
3.3.VISÃO DISCENTE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL EM UMA FACULDADE DE ANÁPOLIS.....	25
3.4.A VISÃO DO DISCENTE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL.....	26
3.4.1. Análise de grupo de questões ligadas à didática.....	26
3.4.2. Análise do grupo de questões ligadas ao Mercado de trabalho.....	28
4.DISSCUSSÃO DA REALIDADE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL EM UMA FACULDADE DE ANÁPOLIS.....	31
4.1.APRESENTAÇÃO DO QUADRO COMPARATIVO DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS.....	31
4.2.O DOCENTE DE MECÂNICA INDUSTRIAL – NA VISÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA (LDB/CLT/CBO).....	33
4.3.O DOCENTE DE MECÂNICA INDUSTRIAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	35
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE.....	44
ANEXOS.....	46

RESUMO

A docência aplica uma metodologia para que o aluno possa melhorar suas atividades e receber informações que possam levá-lo a desenvolver seus próprios ideais. Educar é uma arte, e com isso necessita de formação e contínuo processo formativo sistêmico. Cada profissional deverá continuar sua formação para se qualificar. Pretendemos analisar como isso vem acontecendo, em especial no Curso Técnico de Mecânica Industrial. Na área profissionalizante, onde historicamente muitos professores, detentores de conteúdo prático, muitas vezes separados do teórico, não possuem didática de como transferir todo esse material vivo de informações relevante para o futuro profissional. Objetiva-se conhecer a aplicação das ferramentas para a didática do professor atuante nos cursos profissionalizantes de Mecânica Industrial para os alunos de hoje, quem é o docente da educação profissional e o perfil do professor que atua na área da educação técnica com foco profissionalizante.

Palavra chave: didática ensino técnico, ensino técnico, formação profissionalizante.

ABSTRACT

Teaching applies a methodology so that the student can improve their activities and receive information that can lead you to develop your own ideals. Education is an art, and thus need training and ongoing systemic training process. Each professional should continue their training to qualify. We intend to analyze how this is happening, especially in the Course Industrial Mechanical Technician. In the professional area where historically many teachers, practical content holders, often separated from the theoretical, have no teaching of how to transfer all this living material relevant information to the professional future. The objective is to meet the application of tools for teaching the acting teacher in vocational courses of Industrial Mechanics for today's students, who are teachers of vocational education and the teacher's profile that works in the area of technical education with vocational focus.

Keyword: teaching technical education , technical education , vocational training

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade levantar o perfil do docente do Curso de Mecânica Industrial, em uma instituição de ensino industrial, na cidade de Anápolis, captando elementos ligados à didática, experiência profissional, tempo de docência e demais aspectos correlacionados às atividades, direcionado aos aspectos educacionais atuais. Assim realizou-se essa análise com o intuito de diagnosticar alguns elementos pertinentes, ou por assim dizer, fatores que estão inseridos nessa modalidade escolar. Dessa forma o foco aqui é discutir se há de fato necessidade de formação pedagógica continuada, cursos de capacitação pedagógica ou se a formação técnica, por si só, é suficiente para a transferência de conhecimento dentro da ramificação do ensino técnico.

Será feita pesquisa investigatória para se confirmar as hipóteses de trabalho quanto à existência ou não de formação e conhecimentos de didática, visto se ter por óbvio sua formação na área técnica, pois eles advêm desse meio e são atuantes no mercado de trabalho industrial.

Analisaremos pesquisa de campo com o fito de se avaliar e se assim visualizar a real dimensão da realidade dos Docentes do Ensino Técnico Profissionalizante. Essa pesquisa se procederá por meio de questionários direcionados a professores e alunos já que são sujeitos do processo de ensino aprendizagem que acontece no ambiente da indústria. Os dados serão materializados por meio de gráficos que tornarão didaticamente visível quanto resultar da referida pesquisa.

Também será apresentado um “passeio” geral pela trajetória do ensino técnico profissionalizante, correlação da visão do profissional da educação pelo prisma da legislação existente e pertinente, qual seja, a LDB/CBO/CLT que aqui serão explanadas e servirão de fundamentação legal e conceitual, posteriormente culminando em um levantamento de dados que deu suporte ao trabalho de conclusão de curso.

2 MOMENTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: DO ARTESÃO AOS TEMPOS MODERNOS

As instituições oficiais para a formação no ensino profissional no Brasil, de acordo com as pesquisas realizadas, só ofereciam cursos voltados para áreas como Direito e Medicina na época de sua criação. Somente algum tempo depois se percebeu a necessidade e teve-se a preocupação de se criar cursos voltados para a qualificação das áreas entendidas por “técnicas” do ensino já que eram ocupadas por profissionais que antes aprendiam seus ofícios ou com a frequência dos trabalhos caseiros ao lado dos pais e/ou mestres experimentados.

Assim marceneiros, ferramenteiros, motoristas, mecânicos e tantos outros faziam seu aprendizado profissional com preceptores que lhes passavam seus conhecimentos, teóricos e práticos, de seus ofícios. Por vezes esses mestres abriam escolas profissionalizantes, mas elas tinham um cunho escolar, de ensino livre ou quando muito, submetidos a uma organização como uma corporação de ofício que “legislava” sobre esse tipo de aprendizagem.

Durante aquele período as instituições direcionadas à Educação Profissional atuavam com mestres, artesãos ou profissionais mais habilidosos selecionados dentro das fábricas e oficinas que somente transferiam seus conhecimentos (Teoria tecnicista). O Brasil iniciou-se nas atividades educacionais profissionalizantes ao fundar a escola “Wenceslau Brás”(Capital Federal do Rio de Janeiro) em 1917. Em 1931 o governo estadual de São Paulo criou cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento para egressos de escolas profissionais (PETEROSI, 1994).

Em 1942, a Lei Orgânica de Ensino Industrial (Decreto Federal, Lei nº 4073), artigo 54, parágrafo 5º é redigida sob a ótica da necessidade de investimento na formação de professores, por jurisdição onde se localizam as instituições de ensino, devendo criar seu próprio programa de ensino para a formação com as devidas competências para a formação e ampliação do conhecimento. Dando andamento a tais resoluções da referida lei, foi aberto não só oferta de cursos de aperfeiçoamento, como também especialização e estágio nas indústrias, finalizando com bolsas de estudo para viagens ao exterior.

Diante desse contexto devido às necessidades do mercado de trabalho, através do Decreto Federal Lei 4.048 de janeiro de 1942 foi criado o Serviço

Social da Indústria (SENAI) para dar suporte ao desenvolvimento de mão de obra qualificada para atendimento às indústrias (BRASIL, 1942).

Em 1946 o Brasil fecha acordo com Estados Unidos da América, entre as instituições MEC e “*The Institute of Inter-American Affairs*” gerando a criação de Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). Trazendo conhecimento da indústria americana adotou-se, nos cursos, metodologia de ensino e supervisão de tarefa (TWI), auxiliado por livros e trabalhos de curso dedicados à área industrial.

O MEC publica, em novembro de 1961, a Portaria nº 141 que normatiza sobre os registros dos professores de diversos Cursos de Ensino Industrial divididos em Básico, Ginásio Industrial, de aperfeiçoamento industrial (cursos técnicos, com suas devidas exigências curriculares).

Vê-se ainda que a trajetória da Educação Profissional Técnica (EPT) no Brasil só adquiriu uma identidade própria quando passou a integrar o nível médio, com necessidade de formação específica para seus discentes de acordo com a legislação. Segue-se que para a formação de docentes do ensino médio previu-se formação nas mais diversas Faculdades, dentre elas Filosofia, Ciências e Letras. Já aos responsáveis pelas formações técnicas cursos especiais na área. Segundo Maria Rita Oliveira o parecer 12/1967 do MEC, sobre a regulamentação dos Cursos Especiais de Educação Técnica, descreve sobre a estrutura própria de organização de acordo com cada ramo de atividade técnica, tais como Agrícola, Comercial, Industrial, porém contendo formação pedagógica similar (OLIVEIRA, 2005).

Com a partilha na formação educacional, composto agora por Formação Geral e Formação Profissionalizante, surge reflexo direto na preparação de seus futuros professores/instrutores por natureza de cursos em suas ramificações. Porém devido à falta de padronização alguns cursos e instituições fogem da lógica da equivalência agora moldada em lei, passando a ser discriminados tais cursos deixando em dúvida sua qualidade.

Os Cursos Especiais seguiram sem padronização e só foram regulamentados em 1968, prevendo aí, de acordo com seu ramo de atividade carga horária de 600 a 800h, inseridas neste contexto disciplinas pedagógicas e estágio obrigatório (PETEROSI, 1994). Em 1970 a criação do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal e Industrial (CENAFOR), pelo MEC, passa a ser o encarregado de elaborar as reais diretrizes, o material para formar os docentes técnicos, assim como aos

especialistas em formação profissional. Responsável ainda em assessorar na melhoria e crescimento das entidades de formação e aperfeiçoamento de pessoal.

Já no ano de 1971, o MEC em uma nova portaria, a de nº. 432 prevê a total unificação com uma política para o Plano Integrado de Formação, unificando os moldes do magistério técnico (PETERROSSI, 1994). Os cursos passam a ser subdivididos em:

Esquema I – destinado a candidatos já graduados em nível superior, que teriam a complementação pedagógica totalizando 720h; e Esquema II – destinado a candidatos habilitados em curso técnico de nível médio, que vivenciariam não apenas disciplinas pedagógicas, mas conteúdos técnicos específicos, totalizando 1600h (BRASIL, 1971).

Ainda nesse mesmo ano, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei no. 692) passou-se a exigência de profissionais formados somente com 2º. Grau para nível Superior. Também surgem novas regulamentações, criando cursos de graduação plena, sendo antes somente licenciatura e bacharelado, para formação de professores do 2º Grau.

A Resolução CNE nº 03/1977, possibilitou a oferta de cursos de licenciatura na área de Técnicas Agropecuárias, Técnicas Industriais, Técnicas Comerciais e de Serviços e Técnicas de Nutrição e Dietética, tendo uma formação mais completa, nesse caso havia a necessidade imediata destes profissionais estarem atuando nessas áreas. Os cursos de esquema citados acima, por sua vez, ainda após seu agrupamento, foram convertidos em Licenciatura tornando-se também de maior duração, entretanto, manteve-se a continuidade dos primeiros em caráter emergencial em regiões com insuficiência de recursos humanos e também com déficit de pessoas capacitadas, no intuito de melhorar e dar condições e oportunidades às pessoas daquelas regiões (PETERROSSI, 1994).

Assim, não há mais referência explícita à formação dos professores da EPT no PL nº103/2012, apenas a estratégia nº 15.9 que prevê de forma genérica este aspecto. Com aprovação do texto, a formação do professor de disciplinas profissionalizantes poderá ser oferecida em cursos e programas especiais desde que atendam uma parcela significativa de exigências dos órgãos responsáveis por estes cursos, uma vez que os mesmos possibilitem aos discentes um entendimento completo sobre a matéria que estão estudando, havendo o risco de assumir uma perspectiva fragmentada e emergencial.

Outrossim, a referida formação é prevista para aqueles que estejam “em efetivo exercício”. Nesse sentido, prevê-se a verificação da situação dos docentes em exercício, sem cuidar dos que desejam ingressar na área. Ainda assim, desconsidera os diferentes perfis de professores da EPT:

Em primeiro lugar, os profissionais não graduados que já atuam na EPT; em segundo, os graduados que já atuam como docentes da EPT, mas não têm formação específica nessa esfera educacional; em terceiro lugar os futuros profissionais que já estão em formação superior inicial; Finalmente, os futuros profissionais que ainda começarão a formação superior inicial (MOURA, 2008, p. 31).

Em 1982, a formação desses professores sofreu outra reviravolta, pois a Portaria nº299/1982 - (MEC) definiu como alternativa de formação para docentes do ensino técnico tanto as licenciaturas quanto os cursos de Esquema. Previu oferta regular, por solicitação da Instituição Superior de Ensino, atendendo às normas do Conselho Federal de Educação. Se necessário deveria haver cursos emergenciais, atendendo às solicitações dos sistemas de ensino e mercado de trabalho de acordo com cada região.

Em 1986, os dois órgãos responsáveis por ações de formação de professores do ensino técnico foram extintos: o CENAFOR e a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), sendo repassadas suas responsabilidades para a Secretaria de Segundo Grau (SESG) do MEC, porém desvinculando a escola normal de 2º Grau do Ensino Técnico Profissionalizante. Possibilitou aos alunos um estudo mais apurado, uma vez que estes passam a ter domínio e se especializar em determinadas áreas nas quais tem uma maior aptidão. Assim, a formação dos professores passou a ser realizada pelos primeiros CEFET, em especial aos de Minas Gerais e Paraná, que já oferecia estes cursos na área de formação específica. Em 1989 foram trabalhadas pela SESG a desvinculação do Ensino Técnico e o Ensino de 2º Grau (hoje ensino médio), sendo assim transferidas as responsabilidades de ensino profissionalizante para as escolas técnicas, Institutos Federais e o Sistema S – SENAI, SESI, SENAT, SESC... (RBEPT. 2008).

Em 1996 e 1997, seguiram-se de alterações na LDB prevendo que as disciplinas técnicas poderiam ser ministradas, por professores, instrutores e monitores, selecionados em função de sua experiência profissional ou até mesmo por seu domínio. Deveriam ainda ser preparados para o magistério logo, exercerem seus objetivos educacionais, através de cursos regulares de licenciatura ou de

programas especiais de formação pedagógica. Ainda em 1997 o Conselho Nacional de Educação previu formação continuada pedagógica de 540hs, sendo 300h prática (COSTA, 2012), nos seguintes eixos:

a) Núcleo Contextual, visando à compreensão do processo de ensino-aprendizagem referido à prática da escola; b) Núcleo Estrutural, abordando conteúdos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração com outras disciplinas; c) Núcleo Integrador, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar. (COSTA, 2012).

Em 2003 e 2004 no Seminário de Educação Profissional e Tecnológica houve uma das maiores discussões sobre a Lei Orgânica de Educação Profissional e Tecnológica Nacional. Em 2006 previu, assim novamente, a criação de cursos de formação pedagógica com novo formato vislumbrando suscitar nos professores ferramentas que possibilitassem um trabalho mais detalhado.

Em setembro do mesmo ano, a SETEC e o INEP organizaram o Simpósio Educação Superior em Debate: Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica, dessa forma foi debatido grandes questões pertinentes a área de atuação de cada profissional da educação. Na ocasião, onde defendeu-se a urgência da criação de uma licenciatura para professores de disciplinas profissionalizantes, dada à insuficiência de profissionais com essa qualificação e também com a perspectiva de englobar no ensino tanto regular quanto profissionalizante medidas cabíveis para mudar essa realidade educacional, para fazer face à necessidade de expansão de instituições responsáveis pela profissionalização no país (KEUNZER, 2008).

Defendendo-se ainda a necessidade de a Organização Curricular dos Cursos de Formação de Professores terem uma base comum nacional, ou seja, deveria assim haver eixos temáticos direcionados para cada área de formação destes profissionais, visando conferir a identidade profissional docente, independentemente se o mesmo atue na Educação Básica, no ensino Técnico ou no Ensino Superior. Machado (2008) chamou a atenção a sobre a formação de professores para a EPT não está claramente descrita na LDB.

Quando se analisa o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, que tem o objetivo de definir metas para o ensino observa-se que foram 20. Assim foi possível verificar as necessidades da educação no país, na Meta 11, descreve

sobre a evolução das ofertas dos cursos técnicos e algumas metas para serem atingidas, entre 2011 e 2020, nesta perspectiva pode-se observar no site do SISUTEC, grande quantidade de cursos ofertados pelas instituições federais, estaduais e particulares.

O próprio documento (PNE) faz uma citação com relação à Educação Profissional e o Mundo do Trabalho, diz que o objetivo principal seria “instrumentalizar o trabalhador”, como se o conhecimento fosse um “pendrive” e o trabalhador fosse uma máquina, tornando-o mais produtivo, proporcionando assim de certo modo melhores oportunidades de emprego para todos, trazendo uma igualdade entre os sexos, menos violência contra jovens e mulheres, facilitando assim o acesso a todos, a educação e ao trabalho, conseqüentemente este indivíduo conseguiria ultrapassar vários obstáculos e passará a agir em prol das transformações sociais, culturais e humanas para o país (BRASIL, 2009).

Para que isso possa acontecer, verdadeiramente, dependerá de profissionais técnicos profissionalizantes com formação plena na área do Ensino, com domínio e conhecimento básico em pedagogia e didática aplicada, pois somente com a formação específica de hoje e suas experiências em indústrias, não é o suficiente para acontecer de fato o que se almeja dantes mencionado.

No PNE é mencionado o valor em infraestrutura e compra de equipamentos, cerca de 600 Milhões de reais em investimento, em média, sendo 300 milhões com despesas com pessoal e manutenção geral a cada ano, sendo que estes investimentos somente para redes federais, e não deixa claro qual valor seria destinado para qualificação do seu quadro de docentes, ou cursos voltados para a qualidade no ensino.

Em contra partida observa-se como as instituições particulares, estão trabalhando para adaptar sua infraestrutura material e humana, a fim de atender toda essa qualidade desejada para os futuros profissionais técnicos. Sendo que é ínfima a quantidade de instituições que oferecem cursos para formação de professores profissionalizantes.

O profissional da educação deve ter sua formação completa, pois a LDB de 1996, foi Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008, uma nova classificação para seção V, que seria – IV-A Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, até então não havia uma seção que tratava sobre os cursos profissionalizantes específicos, segundo a própria lei, descreve que o profissional deverá ter sua habilitação

profissional fornecida pela própria instituição de ensino através de cursos de formação específica na área do ensino, mas não deixa claro como deverá ser esta preparação, pois os cursos profissionalizantes não tinham ligação direta com o ensino médio, eram opcionais.

O curso técnico profissionalizante, de acordo com a LDB de 1996, pode ser realizado de forma articulado ou subsequente em instituições credenciadas e autorizadas pelo MEC.

O Instrutor da área da educação profissionalizante técnico deverá ser um profissional capaz e possuidor de uma visão sistêmica, assim como dotado de valores éticos, comprometido com o ensinamento do ofício. Sendo capaz de: planejar uma aula, planejar atividade de ensino e avaliativa ter um bom relacionamento com os alunos, e ao final consiga transmitir para estes alunos o conhecimento pretendido durante as aulas (MACHADO, 2008).

Na ótica do art.61 da LDB, no inciso III descrevem que, trabalhadores em educação portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afins, podem ser colocados como profissionais da educação, desde que sua formação seja voltada para a função específica de ensinar ou que atenda às especificidades do exercício de suas atividades de magistério, ou seja, só a formação básica profissionalizante técnica não basta, pois não contempla o objetivo principal que seria ensinar um ofício, cabendo às instituições se adequarem conforme trata a mesma lei (OLIVEIRA, 2005).

Quando se analisa a Resolução CNE/CEB Nº 02/97, que descreve só poderá participar do programa especial de formação pedagógica aqueles que tenham alguma graduação de nível superior, conforme descrito no parágrafo único da resolução referida, essa ação foi realizada para suprir a falta de alguns profissionais de algumas disciplinas de escolas na época (REVISTA SINERGIA, 2011).

É possível levantar informações sobre o tema Curso de Capacitação para Profissionais de Cursos Profissionalizantes, onde em várias ocasiões este assunto é tratado e com frequência questionada como está a qualificação para os docentes da área da educação técnica. Pode-se notar que temos Leis Federais que tratam do assunto, mas em uma visão geral, não é observado um número satisfatório de instituições na região em pesquisa, (Goiás, Anápolis) que possa capacitar os docentes para ministrar aulas nas instituições regulares.

O Fórum de Educação Técnica (2008) destacou em suas discussões a necessidade de capacitar os profissionais desta área, mas ainda não é possível perceber ações que de fato equalizem essa situação, pois ainda faltam instituições que preparem estes profissionais das redes particulares, auxiliando a preencher a lacuna, na área de ensino profissionalizante técnico.

Para os participantes do Fórum de Educação Técnica (2008), outros questionamentos foram pontos relevantes de debates, dentre eles: a certificação se mostra inicialmente comprometida em sua qualidade, pois existe a ausência de marcos reguladores claros de formação dos professores da EPT. Assim pressupõe-se deficiente acompanhamento e monitoramento das iniciativas de certificação.

Tal iniciativa poderá prejudicar a consolidação de uma política de formação para os docentes da EPT para ações de um caráter emergencial e fragmentado. A proposta de certificação vai de encontro a uma formação alinhada a uma educação profissional que assume como perspectiva a formação integral do estudante, como a proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

2.2 ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Para Luckesi “os conhecimentos são assimilados da herança cultural que nos antecede; os seres humanos já produziram múltiplos entendimentos da realidade e do mundo; eles estão disponíveis para que cada criança, jovem ou adulto os assimile”. Ao pensarmos na produção de conhecimento é interessante inferir qual é o papel da escola, nesse âmbito diz: “Ela é o lugar onde, através de um currículo (que é uma seleção de conteúdos e experiências de aprendizagem) e de uma prática pedagógica, as crianças, os jovens e os adultos recebem e assimilam o legado da cultura elaborada, compreendendo e reelaborando o seu cotidiano” (LUCKESI, 1994, p.137 a 139).

O modo como é passado o conteúdo do professor para o aluno, é um fator relevante, de suma importância na aprendizagem. Repete ainda (1994, p.140) “Na prática da sala de aula, às vezes temos de partir da experiência cotidiana dos nossos alunos para elevá-la, a um patamar mais crítico e complexo de entendimento”. Nesse prisma cabe ao professor pesquisar e estudar um método de ensino que seja eficaz para o desenvolvimento do grupo. Vê-se em suas palavras

mais à frente (LUCKESI, 1994, p.149) “Genericamente, define-se método como o meio para se atingir um determinado fim”. Cabe ao professor ter esse desprendimento e flexibilidade para que escolha temas pertinentes, visando despertar no aluno o desejo pelo conhecimento de acordo, como reforça (LUCKESI,1994, p.150). “Isso nos leva a compreender que os ‘conteúdos’ (e no caso, os conteúdos escolares) não existem sem estarem ‘informados’ por um método, por uma visão com a qual se trata a realidade”.

Nesse enfoque depende muito da linha pedagógica que o professor utiliza e deseja seguir, por isso cabe ao mesmo deter o saber sistemático, compreender a dinâmica que precede e mediar o conhecimento para os alunos.

3 LEVANTAMENTO DE DADOS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL

3.1 DELINEAMENTOS DO PERFIL DISCENTE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL

Partimos de um pressuposto de senso comum, o qual nos infere acreditar que podemos aprender tudo sem necessariamente um estudo ou técnica adequada, muitos acreditam que o fato de estarem em contato com o objeto de trabalho todos os dias, os fazem detentores de todo o conhecimento sobre o trabalho respectivo. De certa maneira o currículo oculto, aquele do qual participamos todos os dias em nossas convivências, nos faz grandes conhecedores, mas é necessário adquirir também um conhecimento acumulado ao longo dos anos pela humanidade, alguns desses saberes só são transmitidos através de uma instituição formal de ensino e com alguém já capacitado para essa formação.

Segundo Folgado e Rosilane Menezes (2013 p.2-3) “Nos últimos dez anos o governo federal tem criado diversas estratégias de enfrentamento a pobreza e erradicação da miséria, visto que são múltiplas expressões da profunda desigualdade no Brasil”. Por isso foi criado o PRONATEC através da Lei (Lei 12.513/2011), que descreve o “deverá atender, prioritariamente, os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos Programas Federais de Transferência de Renda; e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral”, no sentido de auxiliar e dar condições a população carente de baixa renda. Ainda reforçam o conceito de interdisciplinaridade apresentando-se ainda, nos dias atuais, em processo de desenvolvimento e como forma de tornar o aluno cada vez mais apto para lidar com situações do dia a dia. Os autores ressaltam “O PRONATEC é composto por um conjunto de subprogramas, projetos e ações com vistas a ampliar as oportunidades de formação e desenvolvimento profissional de trabalhadores, visando à inclusão social e a inserção no mundo do trabalho (FOLGADO, 2013, p.6)”, mas para que isso aconteça é necessário também preparar o professor.

Nesse sentido ressaltam que os programas aqui apresentados foram desenhados para trabalhar em rede, envolvendo diversas competências e atribuições

específicas que se relacionam em determinado momento no seu processo de ensino e aprendizagem durante o desenvolvimento do curso. Esse relacionamento se dá pela didática, caso contrário haveria vários profissionais incapazes de propor mudanças tanto no âmbito profissional e escolar.

Vê-se em suas palavras mais à frente “Genericamente, define-se método como o meio para se atingir um determinado fim”. Cabe ao professor ter esse desprendimento e flexibilidade para que escolha temas pertinentes, visando suscitar no aluno o desejo pelo conhecimento de acordo, como reforça. “Isso nos leva a compreender que os ‘conteúdos’ escolares não existem sem estarem ‘informados’ por um método, por uma visão com a qual se trata a realidade” (LUCKESI, 1994).

Nesse enfoque depende muito da linha pedagógica que o professor utiliza e deseja seguir, por isso cabe ao mesmo deter o saber sistemático, compreender a dinâmica que precede e mediar o conhecimento para os alunos.

3.2 DELINEAMENTOS DO PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL

O profissional de mecânica industrial que atua hoje em sala de aula, tem sua origem em diversas áreas econômicas. Alguns foram prestadores de serviços autônomos, fabricavam peças, realizavam manutenções técnicas, outros trabalhavam em indústrias ligadas à manutenção industrial. Segundo sua competência ou contratação, eles devem realizar manutenção em componentes, equipamentos e máquinas industrial; planejam atividades de manutenção, avaliam condições de funcionamento e desempenho de componentes de máquinas; lubrificam máquinas, componentes e ferramentas. Documentam informações técnicas; realizam ações de qualidade, preservação ambiental e trabalham segundo normas de segurança.

Durante a pesquisa realizada junto a uma parte do grupo docente, na unidade de ensino, constatou-se que todos os professores da entrevista eram homens e que em determinados componentes curriculares são contratadas algumas professoras principalmente nas áreas de gestão. No componente curricular de formação do Técnico Mecânico Industrial, não contempla matéria que trata de pedagogia ou didática aplicada na sala de aula, pois o foco é preparar o profissional para atender uma determinada demanda econômica e profissional do mercado de trabalho.

Atualmente existe pós-graduação que prepara o docente especialista para ministrar aulas ligadas à sua formação de nível superior, que é uma saída para aqueles especialistas que querem atuar na área de ensino superior. Mas por outro lado para os que são formados em áreas técnicas profissionalizantes, que não existe formação específica de magistério para atuar em sala de aula, não é comum ter cursos de formação específica para especialização de nível técnico, ou um pós-técnico, para habilitar no magistério. De acordo com Fórum de Educação Profissional 2004(p.4) argumenta-se a falta de políticas incisivas no sentido de qualificação docente.

A partir deste momento passamos a considerar o que diz a legislação voltada para educação. Segundo LEI N° 12.014, de 6 de agosto de 2009 que altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996(LDB), descreve quais tipos de trabalhadores que devem ser considerados profissionais da educação. O item III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim, descreve:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (BRASIL, 2009)

Para exercer a função de magistério a Lei nº 11.301, de 10 de maio de 2006 (Legislação Previdenciária Compilada, p108) que Altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996(LDB), incluindo, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério, observa-se que são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação, no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Em análise sobre as referidas leis LDB(1996) e LP(2006), nota-se que a função do instrutor docente da área educacional de mecânica industrial é notório que exerce a função de professor, pois desenvolve competências, levando os

seus alunos a refletir sobre o tipo de profissional que será para sociedade. Ainda durante o curso o profissional da educação terá várias oportunidades para exercer suas atividades entre teoria e prática, com isso desenvolver pesquisas e novas tecnologias integradas com áreas afins.

Sem dúvida deve haver o real empenho do governo na criação de cursos de capacitação destes profissionais para didática, para a melhor qualidade de ensino-aprendizagem no campo técnico-tecnológico.

Quando se analisa o cenário econômico pode-se ver que em nosso país, nos últimos anos, houve um crescimento significativo da demanda por profissionais qualificados. O surgimento de um modelo de produção vinculado à intensa aplicação de ciência e tecnologia e a exigência de trabalho mais aprimorado elevam a importância da formação escolar e profissional em todos os níveis. Cabe destaque à Educação Profissional e Tecnológica e torna imperativa a expansão de sua oferta.

Houve um crescimento na quantidade de instituições de nível superior, onde o Governo Federal colaborou com subsídios financeiros através de bolsas de estudos, os governos estaduais e bancos privados, com isso muitos estudantes priorizaram os estudos a nível superior.

Pode se observar o Quadro 01, apresentada pela pesquisa realizada pelo Projeto 914BRZ1142-3 CNE/UNESCO 2014. Neste mostra o período de 2001 a 2011 a evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil.

QUADRO 01 – Evolução no número de Instituições de Ensino superior no Brasil

Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior, segundo Categoria Administrativa no Brasil de 2001 a 2011											
Categoria Adm.	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pública	183	195	207	224	231	248	249	236	245	278	284
Federal	67	73	83	87	97	105	106	93	94	99	103
Estadual	63	65	65	75	75	83	82	82	84	108	110
Municipal	53	57	59	62	59	60	61	61	67	71	71
Privada	1208	1442	1652	1789	1934	2022	2032	2016	2069	2100	2081
Total	1391	1637	1859	2013	2165	2270	2281	2252	2314	2378	2365

Enquanto os Cursos Técnicos tiveram uma paralisação de crescimento, pode se observar na Tabela 01, apresentada abaixo que mostra o número de instituições por organização acadêmica no Brasil no período de 2011, que pode ter refletido no mercado uma questão da falta de profissionais para atender esta demanda. No caso do Técnico em Mecânica Industrial, com o crescimento industrial as empresas estavam com dificuldades de encontrar tais profissionais, pois um recém-formado leva meses para começar a produzir dentro da empresa. Para este profissional passar a atuar na área ele deve ser multidisciplinar, o que demanda tempo, sendo no mínimo 18 meses, até a obtenção do certificado de conclusão.

Tabela 01- Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica em 2011

Número e Percentual de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica no Brasil em 2011		
Organização Acadêmica	Total	Porcentagem
Universidade	190	8,00%
Centros Universitários	131	5,50%
Faculdades	2004	84,70%
Ifs e Cefets	40	1,70%
Total Geral	2365	100,00%

Fonte: PROJETO 914BRZ1142.3 CNE/UNESCO 2014.p. 25

O Estado de Goiás ocupa uma posição no *ranking*¹ econômico entre os estados brasileiros. O desempenho alcançado deve-se a uma série de fatores que vão desde as riquezas minerais, existentes no território goiano, até as medidas intervencionistas que resultam na exploração racional dessas riquezas, contribuindo para acelerar o processo de desenvolvimento. Dessa forma, o Estado apresenta condições reais de expansão de sua economia, tornando-se mais competitivo. Fatores como o diversificado poder competitivo de sua produção, a existência de uma rede de infraestrutura logística, a força emergente do setor privado e a grande

¹Ranking – posicionamento decorrente de características produtivas e comerciais

disponibilidade de matéria-prima mineral, solos com clima e topografia próprios à produção agropecuária e ao amplo potencial turístico fazem de Goiás um Estado emergente, com forte impulso econômico.

No estado de Goiás existem atualmente 66 municípios cadastrados no SISTEC, com instituições de ensino entre escolas e faculdades que oferecem cursos técnicos profissionalizantes. A cidade de Anápolis conta com 19 instituições de ensino credenciadas a ministrar tais cursos técnicos profissionalizantes, sendo o SENAI a única que ministra o Curso Técnico em Mecânica Industrial (SISTEC, 2015).

3.3 VISÃO DOCENTE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL DA EM UMA FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR EM ANÁPOLIS

Hoje a maioria dos profissionais que ministram aulas de nível técnico em cursos de mecânica industrial tem formação técnica ou superior na área de Engenharia Mecânica, com experiência na área, neste curso não consta disciplina específica da área de licenciatura, pois não é obrigatório.

O profissional de nível técnico foi preparado para atender uma demanda do mercado, a sua formação tem um período de 1.200 horas em sala de aula e 240 horas de estágio supervisionado, enquanto o profissional de nível superior tem uma formação de no mínimo 3.600 horas em sala de aula e entre seminários, palestras e estágios. Ao final os dois profissionais recebem uma habilitação para exercer suas atividades, eles podem atender vários seguimentos econômicos da sociedade cada um com suas responsabilidades técnicas distintas.

O professor que ministra aula deve ter um olhar clínico em relação ao ensinar uma determinada tarefa, temos duas etapas: teoria em sala de aula e a prática em laboratório (equipamentos e ferramentas) na execução das tarefas pretendidas. Deve, ainda, ter uma didática bem aplicada, pois para executar a tarefa deve preparar-se para sala de aula. Um diferencial hoje é o profissional que consegue lidar com diversidades do dia a dia. Trabalhar em equipe vem sendo uma questão muito fundamental nas empresas, pois integrando a área da manutenção mecânica, temos um ciclo de atividades, por exemplo: operador de máquina, líderes de setor, encarregado de setor, almoxarifado, setor de compras e gerência.

Atualmente a instituição trabalha com desenvolvimento de competências, onde os alunos deveriam ser capazes de saber planejar, coordenar e executar suas

tarefas, isso engloba aprender a lidar com papel, máquina, e meios eletrônicos, meio ambientes e pessoas, mas não recebem uma matéria específica de como ministrar uma aula ou como ensinar.

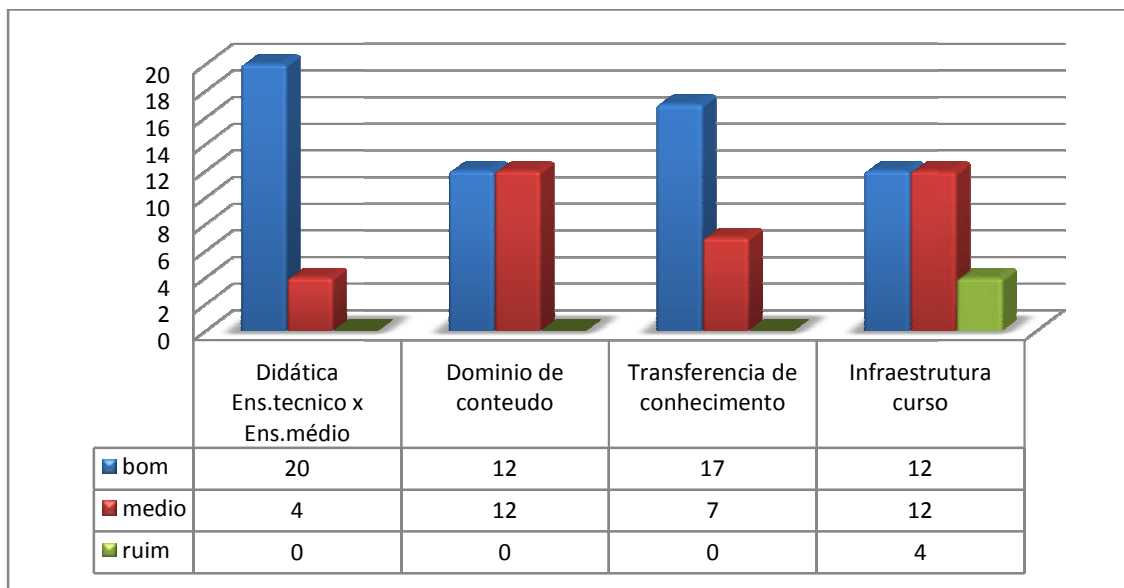
A formação com base em competências deve priorizar o processo de ensino e aprendizagem centrado no aluno por meio da proposição de estratégias desafiadoras que promovam a resolução de problemas e o desenvolvimento de projetos. Tal enfoque favorece para que os conhecimentos sejam trabalhados de forma contextualizada, permitindo uma relação entre os conhecimentos e a sua utilização em contextos diversos (PERRENOUD, 2000).

3.4 A VISÃO DO DISCENTE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL

3.4.1 **Análise do Grupo de Questões Ligadas à Didática (Itens 4, 5, 6, 7)**

No intuito de poder remeter à realidade do curso de Mecânica Industrial foram elaboradas questões sob a forma de registrar e mostrar os dados que envolvam a parte didática, com o objetivo de organizar, para o leitor, um apanhado geral no que se diz respeito ao nível técnico. Uma vez que os discentes responderam algumas questões, nos permitiram fazer uma análise detalhada sobre como o conhecimento é absorvido por eles. Passaremos então para a parte didática uma vez que essa tem sido de grande importância dentro do âmbito escolar.

Na questão referente à Didática nota-se que dos 24 entrevistados apenas 04 disseram não perceber diferença do modo como é ensinado no nível médio e no técnico, enquanto, que a maioria (20) por sua vez, respondeu que sim, que vê diferença, justifica-se desse modo que o ensino técnico tem utilizado de recursos diferenciados de ensino convencional para a transferência de conhecimento e superação de desafios na heterogeneidade das turmas de ensino técnico.



FONTE: AUTORES DESTA PESQUISA, 2015

Na questão Domínio de conteúdo houve divergência nas respostas, pois a metade da sala (12) considera que o professor tem o domínio do conteúdo portanto, pressupõe-se que há ferramentas necessárias para ter uma boa aula, enquanto que a outra metade da sala (12), tem um certo desconforto em relação ao modo como o professor ministra a aula, e portanto, não o julgam preparado para sua atividade, uma vez que não tem o domínio do conteúdo não consegue passar as informações de forma significativa para os discentes.

A pergunta sobre transferência de conhecimento (experiência teórica x prática) de professores que tem conhecimento teórico para os que possuem experiência prática, 17 dos alunos entrevistados disseram que não veem a diferença de estar sendo ensinados por um professor que possui somente a teoria e outro que também possui a prática em suas abordagens. Em contra partida 07 desses alunos observam que é diferente a abordagem de um professor somente teórico de outro prático.

Em relação à infraestrutura inferem que, de acordo com os questionários 12 dos entrevistados mostraram-se muito satisfeitos com a estrutura do curso, enquanto que a outra metade (12) sente satisfeito, observamos assim que houve concordância nas respostas, apesar da sala ser heterogênea, nota-se também que para muitos dos alunos entrevistados a estrutura é suficiente servindo de ferramenta para que o

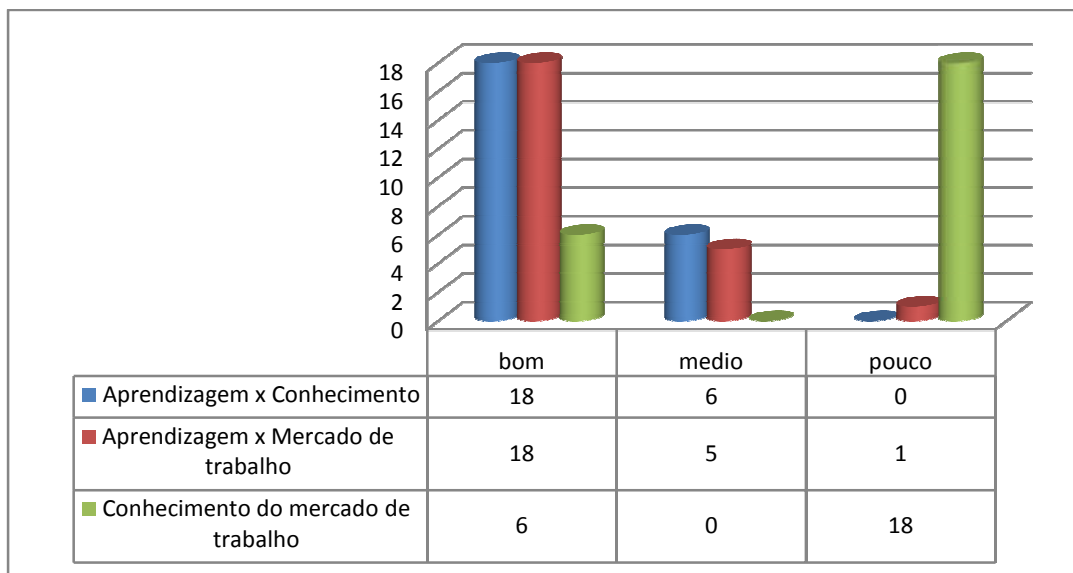
trabalho do professor aconteça de forma eficaz e notória, de certo modo diz muito sobre o curso que estão fazendo entre teoria e prática.

Concluí-se nessa parte que muitos podem ser influenciados durante o ensino aprendizagem, é bom ressaltar aqui que a modalidade que estamos analisando são alunos do nível técnico que já possuem uma visão voltada para o mercado de trabalho, assim o curso deve oferecer aparatos para que esses alunos consigam atingir seus objetivos. Sendo assim o ensino técnico muito tem contribuído para a valorização dos profissionais uma vez que estes conseguem, através de uma abordagem prática do professor, entender os mecanismos que são vinculados na teoria conseguindo posteriormente aplicar em sua prática.

3.4.2 Análise do Grupo de Questões Ligadas ao Mercado de Trabalho (Ítems 3,8,9)

Para o grupo de conhecimento ligado ao mercado de trabalho deseja-se avaliar o grau de conhecimento do mercado (oportunidades), a aprendizagem e o conhecimento adquirido, levando-se em conta a evolução nos módulos do curso de Mecânica Industrial.

GRÁFICO 02- Grupo Visão de mercado



FONTE: AUTORES DESTA PESQUISA, 2015

Analisado os três itens pode-se ter uma visão parcial da opinião de alguns alunos sobre sua futura profissão:

No item 03 (trata-se sobre o conhecimento do mercado de trabalho), 18 responderam que é ruim(desconhecem o mercado de atuação futura), pois muitos ainda não estão inseridos neste mercado, atuando como profissionais em outras áreas. Por estarem desenvolvendo outras funções percebem que sem uma formação sólida torna-se difícil exercer a atividade de mecânico industrial, que é tão dinâmica e diversificada devido a grande variedade e quantidade de maquinários e equipamentos nas indústrias, sendo que 06 alunos têm uma visão positiva e diferenciada, pois já estão atuando na área de manutenção e tem uma boa perspectiva de atuação no mercado. O professor poderia ajudar estes alunos “desconhecedores do mercado” para se prepararem melhor para o mercado de trabalho trazendo para sala de aula, situações do cotidiano no setor de manutenção industrial, trabalhando sobre inovações no mercado e assim despertando nestes alunos perspectiva positivas.

De acordo com o item 08, um total de 18 alunos avaliou que a sua formação (aprendizagem) no curso até o momento tem sido satisfatório.Do ponto de vista do aluno, não podemos afirmar como será na prática, pois dependerá de uma série de situações de desenvolvimento e afinidade dos futuros formados com a profissão. Neste ponto entra o diferencial do professor preparando o aluno para realidade mais próxima, mostrando alternativas de como resolver diversos tipos de situações que poderão existir, assim desenvolvendo várias competências no individuo para que este aluno possa sobressair às diversas situações(PERRENOUD,2000).

No item 09 (você se sente preparado para o mercado?) A quantidade de respostas para essa pergunta seguiu-se de 18 afirmações, isso indica que estão se sentindo preparados; outros 06 alunos afirmaram que não se sentem preparados ainda,pois ainda nãoestá atuando diretamente neste mercado, encontram-se nos módulos iniciais do curso.

O curso de mecânica tem parte da carga horária voltada para a prática instrumental e a Instituição pesquisada possui oficina bem equipada (laboratório). Um professor com bom conhecimento pedagógico seguida de uma avaliação diagnóstica, além de debates esclarecedores, poderia gerar uma mudança positiva da perspectiva global do mercado de trabalho e as diversas áreas de atuação do profissional da mecânica industrial que se encontra em dúvida. Um ponto positivo é

que a maioria dos alunos já possui maior idade, sendo necessário um trabalho diferenciado devido à faixa etária e aos diversos níveis de conhecimentos.

Nos últimos itens da pesquisa reforça opinião individual e a não dependência entre os colegas de curso. Os colegas que estão finalizando o curso não se sentiram influenciados ou dependentes dos colegas desistentes, ficou claro que somente problemas financeiros os levariam a desistir do curso. A maturidade e a persistência, além do foco no crescimento profissional, levaram os estudantes a superar os desafios e a dedicarem-se à conclusão dos módulos e conseqüentemente do curso.

4 DISCUSSÃO DA REALIDADE DO CURSO DE MECÂNICA INDUSTRIAL

4.1 APRESENTAÇÃO DE QUADRO COMPARATIVO DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS

Apresentando-se os dados e as ponderações precedentes, faz-se mister passar a um olhar mais atento sobre as avaliações que foram aplicadas quanto ao perfil dos profissionais docentes de uma Instituição de ensino superior em Anápolis.

Quadro 03 – Perfil profissional do Docente

Questionamentos	Grupo de 09 Professores/Instrutores					
1) Qual e a sua área de formação?	Téc. Mecânica	02	Eng. Mecânica	07	Pedagogia	2
2) Há quanto tempo está como professor?	1 x 30 dias	2 x 3anos	2 x 5anos	1 x 10anos	1 x 25anos	
3) Como é sua forma de dar aula? (Didática)	Expositiva	6	Prática	4	Novas tecnologias	3
4) Qual o nível de conhecimento em pedagogia?	Inicial	6	Médio	1	Bom	2
5) Nos aspectos de qualificação pós formado.(outros cursos)	Sem atividade	1	de 1 a 2	4	de 3 a 4	5
a) Quais cursos de qualificação você têm?	Básico	2	Especialização	7	Pós-Graduação	4
b) De que forma você recebe incentivo para se qualificar?	Próprio	4	Bolsa	2	Outros	3
6) Nos aspectos pedagógicos: Qual sua participação no momento	Tímido	5	Médio	2	Participativo	2
7) Quais os principais desafios de ser professor? Cite dois exemplos.	Conhecimento do aluno	3	Mudança de comportamento - profissional	2	Metas da instituição	4
8) O que significa ser um professor no curso de mecânica industrial?	Responsabilidade na transferência de conhecimento					
9) Como se dá o trabalho, na unidade, com relação à pesquisa de extensão?	Não existe	Atividade somente com a transferência de conhecimento				
10) Você trabalha em outro lugar, onde?	Funcionário Público	1	Prestador de Serviços	2	Faculdade	1

FONTE: AUTORES DESTA PESQUISA, 2015

Quando analisamos cada item aplicado aos docentes podemos perceber o desenvolvimento profissional de cada um, todos têm formação na área de mecânica industrial. Segundo a declaração em algum momento já tiveram uma atuação na área de prestação de serviços ou trabalharam em indústrias. Decidiram entrar na área educacional devido à oportunidade de trabalho e pelo gosto de ensinar. Na avaliação de tempo de serviço temos de 30 dias (recém-contratado) aos professores

que estão já há 25 anos na área de ensino técnico profissional. Quando perguntado na avaliação qual sua forma de ministrar aula (didática) muitos se referem à maneira que desenvolveram seus conhecimentos, através de alguns cursos de capacitação ou livros ligados à área de ensino. Segundo a maioria na prática é tranquila, porém na teoria e um pouco diferente, pois tem alunos que possuem algumas dificuldades, seja na hora dos cálculos ou na interpretação de situações que são apresentadas.

Na pergunta sobre o nível de conhecimento na área pedagógica, a resposta compilada descreve dois possuem conhecimento, cinco uma noção e outros três não descreveram bem o que entendem sobre pedagogia, pois nas suas formações não tiveram matérias ligadas à área didática. Os cursos que a instituição ministrou através de Educação à Distância (EaD) foram esclarecedores sobre a importância de se ter conhecimento didático, segundo a maioria seria ideal uma capacitação onde pudessem aprender mais sobre a arte de ensinar com suas técnicas.

Na pergunta sobre qualificação pós-formado a maioria expressou-se conforme a necessidade da época, um concluiu formação em pedagogia e outro está cursando o último período. Temos dois com formação em engenharia, outros são técnicos em mecânica e ainda não tem segunda formação. Entretanto estão sempre fazendo cursos de capacitação técnica para área aplicada à máquinas e equipamentos. Todos fizeram uma capacitação denominada “Introdução à docência” que tem como objetivo trabalhar a rotina da área da educação preparando o docente para ensinar o aluno a desenvolver competências realizada por EaD com duração de 60 horas. Segundo os professores foi um curso que ajudou a entender mais sobre dinâmica de ensinar e aprender, que devemos estar sempre se preparando para ir atrás de novas oportunidades.

Quando questionados de que forma vocês recebem incentivo para se qualificar a maioria diz que é devido às mudanças de tecnologias e inovações no mercado.

Segundo um “case” descrito por um professor, durante o preenchimento do questionário, explicou que no laboratório existe uma máquina da década de 20 (manual) e tem outra na mesma área, com a mesma função e mais recursos, de 5 anos de fabricação (computadorizada) automática - são dois opostos da evolução dos equipamentos. Quando questionados, foi feita uma pergunta para o professor mais antigo se tem diferença dos alunos de 20 anos atrás para os alunos de hoje,

este respondeu que tem muita diferença principalmente na disciplina “hoje com tanta informação e tecnologia não é fácil segurar a atenção dos alunos”.

4.2 O DOCENTE DE MECÂNICA INDUSTRIAL – NA VISÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA(LDB/CLT/CBO)

O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, em todas as áreas de atuação, novas tecnologias vem surgindo provocando uma transformação na área industrial, quando um profissional recém-formado sai de uma instituição de ensino, ele sai com uma formação básica, cada dia que passa as tecnologias mudam, o processo também muda, num ritmo acelerado, onde temos um processo de interação, onde o profissional tem que lidar com grandes diversidades de situações com máquinas, peças e ferramentas, e manter uma relação interpessoal, ele tem que saber trabalhar em equipe, tem que desenvolver outras habilidades que vai além da formação básica.

Quem são os profissionais que devem promover esta formação profissional técnica tão exigente o que diz a legislação educacional do país, sobre a formação necessária para o exercício da função de instrutor educacional profissionalizante, a LDB, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, Legislação trabalhista - CLT, como é classificado este profissional “professor ou instrutor” conforme Classificação Brasileira Ocupacional – CBO o que eles têm em comum.

Segundo a LDB, é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Conforme descreve a LDB 9394/96, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior, assim como é abordada a educação profissional pela referida lei. Resulta deste diploma legal que os cursos de formação profissionais e tecnológicos, não tinham um amparo legal que regulamentassem os cursos de níveis técnicos. Hoje quem são os profissionais que atuam nesta área? Ainda não deixa claro como fica a formação dos professores de ensino profissionalizantes (MACHADO, 2008).

Em 2008 foi criada a lei nº11. 741 de 16/07/2008 que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da

educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos é da educação profissional e tecnológica.

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL,2008). Quando mencionado que “integra – se aos diferentes níveis e modalidades de educação” podemos nos perguntar qual seria a formação acadêmica deste professor que estará atuando na educação deste discente que ainda está ou já tenha concluído o ensino médio.

Quando analisamos a Lei N° 12.014/09 que altera o art. 61 da Lei N° 9.394/96, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação, verifica-se que são considerados profissionais da educação básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formado em cursos reconhecidos, temos o inciso III que diz “trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.” Quando analisamos a descrição do profissional que tenha curso técnico profissionalizante ou superior em área pedagógica ou afim, não existe graduação de nível técnico para portadores de curso técnico em mecânica industrial, a saída seria a criação de cursos de capacitação com carga horária pré-estabelecida na LDB.

Em 2014 foi publicada a LDB atualizada, que trata sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. O art. 62-A trata do inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. No Parágrafo Único trata da garantia de uma formação continuada para os professores (a que se refere o artigo), no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 2014).

Em levantamento realizou-se uma pesquisa para saber onde se encontram instituições de ensino que ministram cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional, porém não se encontrou tais instituições na cidade de Anápolis-GO, na capital (Goiânia) ou no estado de Goiás.

Numa publicação feita no Fórum de Educação Profissional (DF, 2004), o autor descreve algumas iniciativas do governo federal para poder adequar esta situação

onde a formação do professor em educação profissional foi tratada no ano de 1978, com criação da Lei nº 6.545, 30 de junho de 1978, que cria os três primeiros Centros Federais - CEFET. No ano de 1993 esta lei foi revogada pela lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993.

Cujos redação é a seguinte:

"Art. 2º Os CEFETs de que trata o artigo anterior têm por finalidade o oferecimento de educação tecnológica e por objetivos: I - Ministrar em grau superior: a) de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; **b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;** II - ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio; III - **ministrar cursos de educação continuada visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica;** IV - realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços." (BRASIL, 2014, p. 1-3, grifo nosso)

A preocupação com a formação de professores aparece reforçada nos itens I, alínea b, e item III desse artigo, pode-se perceber que o governo já tem algumas iniciativas que deveriam se estender em todas as regiões onde houvesse cursos técnicos, com áreas industriais desenvolvidos.

4.3 O DOCENTE DE MECÂNICA INDUSTRIAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

De acordo com a LDB, Capítulo II, educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Para isso o professor deve estar preparado para criar meios e elos desta progressão entre o aluno e sua profissão futura.

Philippe Perrenoud, e em seu livro sobre "*10 Novas Competências para Ensinar – 2008*", discorre sobre competências para ensinar. Segundo ele deve-se desenvolver muitas competências, principalmente nas áreas onde a tecnologia vem avançando. Deve-se ter um grande investimento em inovação tecnológica, mas ele se pergunta como esta sendo este investimento na área de humanas. Qual esta sendo a preparação para estas pessoas que irão lidar com esses profissionais.

Ainda de acordo com Perrenoud, saber administrar sua própria formação continuada poderia ser útil, todos concordarão com isso. Por que fazer disto uma

das 10 competências profissionais e a desenvolver com prioridade? Porque ela condiciona a utilização e o desenvolvimento de todas as outras. Uma vez construída, nenhuma competência permanece adquirida por simples inércia. Deve, no mínimo, ser conservada por seu exercício regular (PERRENOUD, 2000, p. 155).

Pode-se avaliar essa visão do autor que é fundamental para o professor ter iniciativa ao procurar se qualificar, em uma área a qual não tem uma formação específica que seria a pedagogia aplicada no ensino profissionalizante, onde os desafios são grandes, devido à heterogeneidade de idades em sala, onde o desafio é desenvolver competências que se aplicam a interdisciplinaridade.

Na LDB é oferecida a contrapartida (especialização pedagógica), porém as instituições, em suas contratações utilizam-se do critério de conhecimento pedagógico de baixa relevância, pois nos cursos técnicos o item principal é a experiência prática. Estes profissionais acabam sendo moldados pela própria instituição pela qual são contratados.

Numa publicação chamada de “*Educação Profissional*”, o MEC, oferece informações e indicações para a concepção de currículos nas diversas áreas profissionais distinguidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, onde num trecho ressaltam-se as competências descrevendo-as como:

Assim - os conhecimentos (o saber, as informações articuladas operatorialmente); - as habilidades (psicomotoras, ou seja, o saber fazer elaborado cognitivamente e sócio-afetivamente) e; - os valores, as atitudes (o saber ser, as predisposições para decisões e ações, construídas a partir de referenciais estéticos, políticos e éticos). Todas estas competências constituídas de forma articulada mobilizam as qualificações profissionais com padrões de qualidade requeridos, normal ou distintivamente, das produções de uma área profissional (BRASIL, 2014).

Em síntese, a realização competente do ofício tem nela agregada saberes cognitivos, psicomotores e sócio-afetivos. A competência caracteriza-se, essencialmente, pela condição de alocar esses saberes, como recursos ou insumos, através de análises, sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações, transferências, ou seja, de esquemas mentais adaptados e flexíveis, em ações próprias de um contexto profissional específico, gerando desempenhos eficientes e eficazes (BRASIL, 2014).

Por fim observa-se e analisa-se que para trabalhar competências é preciso ir além de um só profissional, deve haver uma equipe multiprofissional que deve realizar suas atividades voltadas para o desenvolvimento dos alunos juntamente com o professor, que pode usar sua experiência prática junto a outros profissionais para criar uma situação que poderá facilitar a aprendizagem.

CONCLUSÃO

Diante da realidade apresentada, percebe-se que de fato existe a necessidade de formação pedagógica continuada para os profissionais da educação técnica profissionalizante. O mercado de ensino profissionalizante nos últimos anos tem crescido vertiginosamente acompanhando o cenário econômico mundial, que devido às grandes inovações tecnológicas tem cobrado cada vez mais profissionais qualificados, responsáveis e competentes para a atuação nos diversos níveis.

Isto nos leva a refletir como estão sendo preparados os nossos profissionais do futuro, ou melhor, como está a qualidade dos profissionais docentes que prepararão estes discentes para atividades no mercado de trabalho.

A LDB apresenta as diretrizes que as instituições devem seguir, a CLT relaciona as características da relação trabalhista e a CBO agrupa as funções correlatas, entretanto o mercado de trabalho ao contratar os profissionais, para seus quadros, olvida de toda a legislação em vigor, mesmo sabendo que a habilidade esperada pelo ordenamento jurídico da área exige o magistério na mesma área de competência do docente recrutado. Vê-se, assim, um impasse entre o preconizado pelas leis pertinentes e a prática de contratação pelo mercado de trabalho.

De acordo com o que se viu antes é nulo o número de instituições que fornecem cursos para profissionais portadores de certificados técnico-profissionalizantes no Estado de Goiás, sendo que a única instituição pública, oferece, por ora, uma proposta apresentada em seu site, resultando assim uma dificuldade para as instituições de ensino profissionalizante a nível médio encontrar profissionais qualificados com nível de conhecimento pedagógico requerido.

Em determinados períodos do ano, realiza-se momentos pedagógico para estimular o corpo docente à necessidade da busca de qualificação pedagógica. Para nivelamento da equipe criou-se um Curso de Introdução à Docência SENAI, dando início a uma nova abordagem para desenvolvimento do profissional, visto a falta de cursos de nível superior na cidade. Ao contratar os profissionais para seus quadros, olvida de toda a legislação em vigor mesmo sabendo que as habilidades esperadas pelo ordenamento jurídico da área exigem o magistério na mesma área de competência do docente recrutado. Vê-se, assim, um impasse entre o preconizado pelas leis pertinentes e a prática de contratação pelo mercado de trabalho.

Teve-se aqui o intuito de oferecer dados mínimos que auxiliassem o conhecimento da situação por que passa a formação docente dos profissionais que atuam na Instituição pesquisada, levantando-se a questão da ausência de formação ideal e do estado em que um profissional é contratado pela instituição.

Assim sendo, este trabalho almejou abrir perspectivas para pesquisas futuras, não sendo o caso - aqui - de se esgotar o assunto, mesmo porque a situação atual espera-se, seja momentânea pelo que se percebe do trabalho que a Instituição faz para complementar a formação dos membros de seu quadro docente, sabendo-se que ela ainda é insuficiente.

Ao chegar ao ponto de se oferecer cursos de capacitação superior no âmbito mínimo que o mercado exige. Certamente isso refletirá em melhor qualidade no ensino ministrado, na melhor preparação do docente que ingressa nessa instituição, na satisfação do corpo discente, e em profissionais mais à altura da vocação que o setor preconiza.

Espera-se, enfim, que o presente trabalho tenha contribuído para suscitar o interesse e a visão da relevância que o aspecto pedagógico e formativo a nível superior tem para os cursos profissionalizantes, máxime, dessa instituição tão singular que possui lugar de referência e destaque na construção e formação da cidadania por meio de seus cursos oferecidos aos interessados em atuar na indústria brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11721408/lei-n-5540-de-28-de-novembro-de-1968>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Decreto Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm> Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>> Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Lei Nº 11.741, de 16 de Julho De 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Lei Nº 12.014, de 6 de agosto de 2009. Discrimina as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm> Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 10ª edição atualizada em 7 novembro de 2014. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/19339>> Acesso em: 12 dez. 2014.

CIEGLINSKI, Amanda. **Educação profissional precisa acompanhar o dinamismo das demandas de mercado, diz diretor do Sistema Indústria.** Envolverde Jornalismo e Sustentabilidade, 05 maio 2011. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/educacao/oportunidades/educacao-profissional-precisa-acompanhar-o-dinamismo-das-demandas-de-mercado-diz-diretor-do-sistema-industria/>> Acesso em: 15 mai. 2014.

CNE. Resolução N.º 3 de 8 de outubro de 1997. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2014.

COSTA, Maria Adéliada. **Políticas de formação de professores para a educação profissional e tecnológica: cenários contemporâneos.** Uberlândia, 2012. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia.

EDUCAÇÃO E PESQUISA. **Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?** São Paulo: v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

FOLGADO, Rosilane Meneses; Machado, Lucília et. al - **Interdisciplinaridade, Interculturalidade e Intersetorialidade: princípios e aplicação no programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC).** Revista online Holos ISSN 1807-1600, v. 4, 2014. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/issue/view/64>> acesso em: 15 dez. 2014.

Fórum de educação profissional. **A formação de professores para a educação profissional.** Brasília. DF. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/texto_apresenta01.pdf> Acesso em: 12 dez. 2014.

GARIGLIO. José Ângelo; BURNIER. Suzana. **Saberes da Docência da Educação Profissional E Tecnológica: Um Estudo Sobre O Olhar Dos Professores.** In Scielo Educação em Revista ISSN 0102-4698 v.28 nº.1, Belo Horizonte Mar. 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid> Acesso em 15 mai. 2014.

GIRARDELLO, Cintia Beatriz da Silva – **A Nova Educação Profissional no Brasil - Ensino Baseado em Competências** - Curso de Psicologia na Universidade do Contesta do Núcleo de Porto União – Acadêmica. Disponível em:<<http://www.pedagobrasil.com.br/pedagogia/anovaeducacao.htm>> Acesso em: 17 nov. 2014.

KUENZER, Acacia. Palestra. **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica**. Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica: Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 19-40.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994, p.133-145.

_____. **Formalidade e criatividade na prática pedagógica**-Artigo publicado na Revista ABC EDUCATIO, nº 48, Ago/2005, páginas 28 e 29 – Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br/artigoseducacao.htm/>>- Acesso 12 dez.

MACHADO, Lucília Regina de Souza .**Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica**: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: MEC/INEP. (Org.). Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica. 1ª ed. Brasília: MEC/INEP, 2008, v. 8, p. 67-82.

MEC, Subsecretaria de Assuntos Administrativos Coordenação Geral de Gestão de Pessoas. Nota Técnica Nº 001/2008/CGGP/SAA/MEC. **Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**.30 jul. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/notas/nt_01_2008.pdf> Acesso em: 20 fev. 2015.

MORRATTI, Maria do Rosário Longo – **Estudos Entre o ideal e o usual: a Didática Mínima de Rafael Grisi**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 03 mai. 2002. Vol. 82, No 200/201/202 (2001), Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 15-25, jan./dez.

200. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/issue/view/12>> Acesso em: 17 nov. 2014.

MOURA, Dante Henrique. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2008, v.1. n.1, p. 23-37, jun. 2008.

OLIVEIRA, Maria Rita N. S. **Formação e profissionalização dos professores do ensino técnico** In: ARANHA, Antônio V.; CUNHA, Dayse M. e LAUDARES, João Bosco. (Orgs.). Diálogos sobre trabalho: perspectivas multidisciplinares. Campinas, SP: Papirus, 2005.

PACTO do Ensino Médio Garante Formação Para Professor. Portal do MEC, 19 de dez 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/12/pacto-do-ensino-medio-garante-formacao-para-professor>> Acesso em: 15 mai.2014.

PETEROSI, Helena Gemignani. **Formação de professores para o ensino técnico**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

PERRENOUD, Phillipe. **10 novas competências para ensinar**: Tradução Patrícia Chittone Ramos – Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Construindo Competências**. In Nova Escola(Brasil), Setembro de 2000, pp. 19-31.

_____. **Formação Contínua e Obrigatoriedade de Competências na Profissão de Professor**. Série Ideias nº 30. São Paulo: FDE, 1998.

P. 205-251. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/prf_a.php?t=004> Acesso em: 17 nov. 2014.

PROJETO CNE/UNESCO 914BRZ11142.3. **Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade**. Nov. 2013.

PRONATEC. RESUMO Duênio 2011-2013. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/Pronatec-execucaoOfertantes-25-11-13_v3.pdf> - Acesso em: 03 mar. 2015.

REVISTA BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica – V1, n1, Jun, 2008 Anual.

REVISTA SINERGIA. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 133-139, maio/ago. 2011 Artigo: Reformas do ensino médio e profissional nos anos 1990 no Brasil, por Maria Cristina Rizzetto Cerqueira/Maria do Carmo Siqueira/Solange Maria de Souza.

SISTEC - Sistema Nacional de Informação de Educação Profissional e Tecnológica - Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC. Disponível em:

<<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino>> Acesso em: 07 mar. 2015.

SISTO, Firmino Fernandes; OLIVEIRA, Gisele de Campos; FINI, Lucila DielTolaine. **Leituras de Psicologia para formação de Professores**. Petrópolis –RJ: Vozes Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2000.

THIESEN, Juarez da Silva. 2008. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação v. 13, n. 39, set./dez.

VEIGA, Ilma P. A. (Coord.). **Repensando a didática**. Campinas: Papirus, 1988.

APÊNCIDE A

AVALIAÇÃO PARA OS ALUNOS DA INSTITUIÇÃO

- 1) Em que módulo do curso você está? _____
- 2) Quem te indicou para fazer o curso de mecânica industrial?
() Pais () jornal () internet () TV () outros
- 3) Qual o seu conhecimento do mercado de trabalho para sua profissão?
Oportunidades: () Boa () Média () Ruim
- 4) Você percebe igualdade na forma de ensinar do curso técnico e do ensino médio?
() Sim () Não
- 5) Como você percebe o domínio do conteúdo pelos professores?
() Bom () médio () Ruim
- 6) Como você percebe a transferência de conhecimento pelos professores que tem conhecimento teórico para um que tem experiência prática?
() Boa () Médio () Ruim
- 7) Como você vê a infraestrutura (equipamentos, biblioteca, livros e computadores) de apoio de aprendizagem na sua instituição?
() Boa () Médio () Ruim
- 8) Como você avalia sua formação (aprendizagem) no curso até o momento?
() Bom () Médio () ruim
- 9) Você se sente preparado para o mercado de trabalho?
() sim () não
- 10) O que te levaria a desistir do curso?
() Problemas financeiros () dificuldades nas disciplinas () falta de motivação do professor
- 11) Você se sente influenciado pelos colegas que abandonaram o curso?
() sim () não

APÊNDICE B**AVALIAÇÃO PARA OS PROFESSORES DA INSTITUIÇÃO**

1) Qual é a sua área de formação?

2) Há quanto tempo está atuando como professor?

3) Como é sua forma de dar aula? (Didática)

4) Qual o nível de conhecimento em pedagogia?

5) Nos aspectos de qualificação pós formado.

a) Quais cursos de qualificação você têm?

b) De que forma você recebe incentivo para se qualificar?

6) Nos aspectos pedagógicos: Qual sua participação no momento pedagógico?

7) Quais os principais desafios de ser professor? Cite dois exemplos.

8) O que significa ser um professor no curso de mecânica industrial?

9) Como se dá o trabalho, na unidade, com relação à pesquisa de extensão?

10) Você trabalha em outro lugar, onde?

Indústria() Escola () Faculdade () Outros () _____

ANEXO I

http://www.brasil.gov.br/servicos/contato-1

Portal Brasil

Buscar no portal

Perguntas frequentes | Fale com o Governo | Fale com a Presidenta

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > CONTATO

Últimas notícias
Portal Planalto
Blog do Planalto
Navegue por Estados
Redes Sociais

ASSUNTOS

Cidadania e Justiça
Ciência e Tecnologia
Cultura

Contato

por Brasil — publicado 04/06/2013 17h30, última modificação 13/06/2013 10h34

Seu endereço de e-mail ■

jean.apostolo@gmail.com

Assunto ■

Curso de qualificação pedagógica |

Comentários ■

Boa tarde!
Estou desenvolvendo um trabalho de conclusão de curso, pela Faculdade Católica(em Anápolis-GO) e gostaria do apoio de você sobre a informação: se existe curso de formação pedagógica para instrutores/professores de cursos profissionalizantes de cursos técnicos. Caso exista favor informar quais instituições estão com cursos cadastrados e ativos para esta ano, com possível carga horária.

Enviar